



Transferência de imóveis para a União e anistia estão na pauta



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário deve analisar proposta sobre prevenção de diabetes e continuar debate sobre menção a pessoas com deficiência

A MP que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS deve ser votada amanhã em Plenário. Em seguida, senadores analisam projeto que anistia militares de três estados que atuaram em greves

O Plenário deve votar amanhã a medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS. A MP sofreu modificações na Câmara, está trancando a pauta e perderá a vigência se não for votada até 3 de março. De acordo com o texto, os imóveis serão administrados pela Secretaria do Patrimônio da União. A transferência vai ajudar na redução do déficit previdenciário. A medida também extinguiu o Fundo Contingente da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Após a liberação da pauta,

os senadores devem analisar o projeto que concede anistia aos militares do Espírito Santo, do Ceará e aos militares, policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais, por atuação em greves de 2011 a 2018.

Também está na pauta o projeto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética, a ser implantada pelo SUS.

Será a terceira sessão de discussão da PEC que harmoniza as menções às pessoas com deficiência na Constituição. **3**

Senadores criticam bloqueio imposto por Maduro na fronteira

Senadores manifestaram preocupação com o fechamento da fronteira entre Venezuela e Brasil pelo presidente do país vizinho, Nicolás Maduro. Eles temem que a iniciativa ponha em risco a população da região e afete

o fornecimento de energia e combustíveis para Roraima, além de sacrificar ainda mais o povo venezuelano. O objetivo do fechamento é barrar ajuda humanitária solicitada por Juan Guaidó, autoproclamado presidente daquele país. **4**

Paulo Stefano



Fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela



Jane de Araújo/Agência Senado

Pontes e Davi durante a reunião na Presidência do Senado, na sexta-feira

Norte e Nordeste devem ser beneficiados com Lei das Teles

Em reunião com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, o presidente do Senado, Davi Alcolum-

bre, disse que a aprovação da Lei das Teles, que tramita na Casa, deve beneficiar Norte e Nordeste. **4**

Deve voltar à pauta política para bombeiro militar **3**

IR pode prever benefício para doenças raras **3**

Reforma pode ser votada em junho, afirma Davi Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a Casa vai priorizar a reforma da Previdência. A comissão especial para acompanhar o debate na Câmara é, segundo ele, prevista no Regimento. **2**

Senado fará sessão sobre Brumadinho após o Carnaval

A tragédia de Brumadinho (MG) deve ser debatida em sessão temática após o Carnaval. A data será definida pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e pelo autor do pedido, senador Fabiano Contarato. **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Davi prevê votação até junho da reforma da Previdência

Presidente do Senado defende a criação de uma comissão da Casa para acompanhar o andamento da proposta na Câmara, com espaço para debate de sugestões e críticas, que acelere a tramitação do texto

O SENADO ESTÁ ciente da necessidade de priorizar a reforma da Previdência, afirmou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. Em um café da manhã com jornalistas na sexta-feira, ele disse que é regimental a criação de uma comissão especial para acompanhar a tramitação do projeto na Câmara e contribuir para o aperfeiçoamento do texto.

— Esse colegiado, cuja formação será decidida na próxima terça-feira, respeita todos os prazos e o espaço para a oposição questionar. Vai adiantar muito o trabalho e, por se tratar de uma comissão sugestiva, as recomendações serão divididas com os partidos na Câmara, para que os deputados sintam o “termômetro” do Senado.

Davi disse que está buscando entendimento para que o relator da comissão especial seja um titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para que esse mesmo senador seja o autor do relatório da proposta na Casa. O presidente do Senado acredita que o trabalho possibilitará a votação do texto final até junho.

— Se essa proposta tramitar na Câmara por dois ou três meses, a gente poderá adiantar em 30 dias [no Senado], porque os senadores já estarão debatendo com os deputados os possíveis pontos polêmicos.

Davi destacou que tem ou-



Jonas Pereira/Agência Senado

Davi também afirmou que o Conselho de Ética deve ser definido este mês

vido críticas de parlamentares à proposta do governo. Muitas delas sobre a redução do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ele disse que solicitou à Consultoria do Senado estudo sobre o impacto da redução para a economia e ressaltou a importância de o governo se articular em busca de entendimento.

Sobre o andamento da investigação de possível fraude na votação para a Presidência do Senado, Davi respondeu que ainda aguarda termo de cooperação firmado entre a Polícia Legislativa e a Polícia Federal e que espera agilidade.

Ele também falou sobre a próxima formação do Conselho de Ética, que está sendo definida pelo Colégio de Líderes. De acordo com Davi, a expectativa é que a instalação do colegiado ocorra ainda em fevereiro.

— Caso não seja possível, será depois do Carnaval.

Sobre buscas feitas pela Polícia Federal em endereços do senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, na sexta-feira, Davi afirmou que “as instituições estão trabalhando e cada uma cumpre seu papel”.

— A parte investigada tem, também, o direito de defender, mas o julgamento final dessa operação será no campo jurídico.

Brumadinho

Davi disse ainda que a excessiva apresentação de requerimentos na Câmara e no Senado tem adiado a instalação da CPI que investigará as causas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). A previsão é de que sejam instaladas duas comissões independentes. No entanto, o presidente do Senado defendeu a formação de uma comissão mista, com senadores e deputados.

Paim pede que proposta seja avaliada com responsabilidade

Paulo Paim (PT-RS) pediu na sexta-feira que a PEC 6/2019 seja analisada com calma e responsabilidade.

— Nesse caso específico, não pode haver situação e oposição. Somos todos Brasil.

O senador também lamentou o anúncio do fechamento de uma fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP). Segundo ele, o fechamento deve acarretar a eliminação de 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos.



Pedro França/Agência Senado

Brasil precisa mudar sistema financeiro, diz Alvaro Dias

Alvaro Dias (Pode-PR) disse na sexta-feira que somente a aprovação da reforma da Previdência não resolverá todos os problemas do país. Para ele, é necessário ter paciência para aguardar os próximos passos do governo.

O senador reforçou, porém, a necessidade de buscar outras alternativas à crise econômica e social que o Brasil enfrenta. Ele defendeu a reforma do sistema financeiro como passo importante no combate às desigualdades.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão realiza audiência hoje sobre PEC enviada pelo governo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje sua primeira audiência para debater os efeitos da PEC da Previdência. O requerimento foi feito pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), que antecipou a intenção de detalhar a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, elaborada pelo Ministério da Economia.

— Vamos chamar especialistas e representantes de associações de classe para avaliarem cada detalhe desta nova proposta. Convidaremos auditores-fiscais, contadores,

advogados tributaristas, todos os que puderem contribuir para esclarecer quais as consequências de uma suposta aprovação dessa proposta.

No requerimento, Paim antecipou convites ao presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, ao vice-presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), Almir Reis, e ao diretor de Atuação Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	CDH Reforma da Previdência 9h Audiência para debater proposta do governo de reforma previdenciária.	CI Ministro da Infraestrutura 15h Audiência com o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, para apresentar as diretrizes e prioridades da pasta.
TERÇA	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CAS Motorista profissional 9h Na pauta, o PLS 498/2017, que altera definição de motorista profissional para diminuir insegurança jurídica.
QUARTA	CAE Sabatinas para o Banco Central 10h Análise de empréstimos para Fortaleza e o estado da Paraíba. Depois, sabatina de indicados para a Comissão de Valores Mobiliários e para a presidência e diretorias do Banco Central.	CDR Desenvolvimento regional 9h Audiência com o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, sobre as diretrizes da pasta para os próximos dois anos.
	CSE Instalação e eleição 11h Instalação do colegiado e eleição para o biênio 2019-2020.	CCJ Inquérito policial eletrônico 10h O PLS 128/2018, que cria o inquérito policial eletrônico, é um dos 10 itens.
	CE Ministro da Educação 11h30 Audiência com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para apresentação das diretrizes e programas da pasta.	CRA Ministra da Agricultura 11h Audiência com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

ERRAMOS

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** publicou na edição de sexta-feira, a ministra Damares Alves, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, informou que a cada 8 minutos no Brasil há um caso de estupro, e não de feminicídio.

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Pedro Franco/Agência Senado

A transferência de imóveis deve reduzir o déficit previdenciário, com amortização de dívidas com o Tesouro

Plenário analisará anistia e MP dos imóveis do INSS

A medida tranca a pauta e deve ser votada amanhã. O texto transfere para a União 3,8 mil imóveis no valor de cerca de R\$ 6 bilhões. A intenção é amortizar dívidas da Previdência com o Tesouro Nacional

A MEDIDA PROVISÓRIA que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS deve ser votada amanhã em Plenário. A MP está trancando a pauta e precisa ser votada até 3 de março, quando perde a vigência.

De acordo com o texto da MP 852/2018, os imóveis serão administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A transferência vai ajudar na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) com o Tesouro Nacional. O valor total dos imóveis pode passar de R\$ 6 bilhões.

O texto também extinguiu o Fundo Contingente da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando cerca de R\$ 1,4 bilhão em imóveis da rede que poderão ser alienados, doados ou cedidos pela SPU. A MP sofreu modificações na Câmara.

Anistia

Assim que a MP for votada e a pauta liberada, os senadores devem analisar outras proposições, como o PL 395/2019, que concede anistia aos militares do Espírito Santo, do Ceará e aos militares, policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais, por atuação

em greves ocorridas de 1º de janeiro de 2011 a 7 de maio de 2018.

O projeto é do ex-deputado Alberto Fraga, militar da reserva. Fraga afirma que a Constituição elenca “vedações a esses profissionais, de modo que eles possuem menos de um terço dos direitos trabalhistas, e dentre as vedações se incluem a sindicalização e a greve”.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Major Olimpio (PSL-SP), que deve dar seu parecer em Plenário.

Diabetes

Também está na pauta o projeto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética (PLC 133/2017). O objetivo da política, proposta pelo ex-deputado Raimundo Gomes de Matos, é apoiar o desenvolvimento científico, a formação e a educação continuada de profissionais e pacientes, o direito a medicações e instrumentos, o teste no procedimento de triagem e a a disponibilização de exames de fácil realização, com foco na saúde da pessoa diabética. Ela será implantada pelo SUS.

Os senadores também decidirão se deve continuar em análise no Senado o PLS 194/2014, que cria a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública (veja reportagem ao lado).

Deficiência

Esta também será a terceira sessão de discussão da PEC 25/2017, da ex-senadora Fátima Bezerra. A proposta harmoniza as menções às pessoas com deficiência na Constituição. Com a proposta, o texto constitucional ficará alinhado às definições da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Segundo afirma Fátima no texto da PEC, a Constituição “convive simultaneamente com uma pluralidade de referências às pessoas com deficiência”, com dispositivos que mencionam inadequadamente expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência”.

São necessárias cinco sessões de discussão para que ocorra a votação em primeiro turno. Depois, haverá um prazo de mais três sessões de discussão para então o projeto passar pelo segundo turno de votação e ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

Sessão sobre Brumadinho ocorrerá após o Carnaval

A sessão especial temática do Senado para debater o desastre de Brumadinho (MG) deverá ocorrer após o Carnaval, na primeira quinzena de março. A data exata deverá ser definida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em conjunto com o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), que elaborou o requerimento para a sessão

aprovado pelo Senado. Na sexta-feira, Davi relatou que aguarda as sugestões de datas por Contarato para bater o martelo.

Contarato explicou que espera promover o debate o mais cedo possível, para impedir que o tema seja prejudicado pelas pautas políticas que estão no Congresso.

— Eu desejo utilizar essa sessão para chamar os pro-

fissionais da área, geólogos, engenheiros, ambientalistas, para explicarem as causas do desastre, com suas várias visões.

Estão sendo convidados o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o ministro das Minas e Energia, Bento Costa Lima, entre outros.

Senadores querem desarquivar criação de política para bombeiros militares

O Senado pode voltar a analisar proposta que cria a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública. Por iniciativa de Marcos do Val (PPS-ES), foi incluído na ordem do dia de amanhã requerimento para desarquivar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 194/2014.

O texto, de Acir Gurgacz (PDT-RO), estabelece as diretrizes da política. Entre os objetivos, estão a integração dos entes federativos, a priorização das ações de prevenção e educação, a modernização dos corpos de bombeiros militares, a criação de grupos de pronta resposta e a normatização da segurança contra

incêndio e pânico.

A proposta define ainda objetivos como reequipar os corpos de bombeiros militares, expandir seus serviços nos municípios e desenvolver ações regulares de capacitação. Há também ação específica para a adoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da indústria nacional de veículos, materiais e equipamentos utilizados por essas corporações.

O texto chegou a ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguardava votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quando foi arquivado pelo fim da legislatura.



André Borges/Agência Brasília

Reaparelhamento dos corpos de bombeiros militares é um dos objetivos

Proposta dá benefícios fiscais a quem tem dependente com doença rara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projeto de Flávio Arns (Rede-PR) que estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física que possua dependente com doença rara (PL 682/2019).

O projeto determina que, em caso de dependente com doença rara, ocorra dedução em dobro no valor pago pelo contribuinte. Além disso, a proposta atribui prioridade na restituição do imposto

aos que estão nessa situação.

Doenças raras são as que atingem até 65 de 100 mil pessoas, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo Arns, a indústria é negligente nas pesquisas por novos remédios para combater essas doenças. Quando existentes, os remédios são inviáveis para as famílias devido aos altos custos.

Após a CAS, o projeto passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Styvenson apresenta projeto para controle e rastreamento de munições

Styvenson Valentinim (Pode-RN) informou na sexta-feira que apresentou um projeto de lei que define regras para controle e rastreamento de munição.

O objetivo da proposta, explicou o senador, é oferecer mecanismos que ajudem a resolver crimes praticados com arma de fogo.

Para Styvenson, o grande número de artefatos clandestinos tem inviabilizado a solução de delitos, sendo o “DNA das munições” um possível auxílio no processo investigatório.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jorge Kajuru condena gastos do governo com auxílio-moradia

Jorge Kajuru (PSB-GO) protestou na sexta-feira contra o auxílio-moradia de parlamentares e disse que a maioria da população não tem condições dignas de habitação.

— Basta sair às ruas para encontrar pessoas morando nas ruas, debaixo de pontes, debaixo de viadutos, além de ocupação de favelas e barracos improvisados — disse.

O senador criticou os gastos públicos do Executivo que, segundo ele, chegam a R\$ 3 trilhões e, desse total, quase R\$1 bilhão será de gastos com auxílio-moradia.



Pedro Franco/Agência Senado

Senadores temem conflitos em fronteira do Brasil com a Venezuela

Na quinta-feira, Maduro determinou o bloqueio da fronteira com Roraima para barrar o envio de ajuda humanitária solicitado por Guaidó

O FECHAMENTO DA fronteira da Venezuela com a Região Norte do Brasil, ordenado pelo presidente do país vizinho, Nicolás Maduro, é motivo de preocupação entre os senadores, que pedem uma saída diplomática para a crise.

Na quinta-feira, o governo venezuelano determinou o bloqueio da fronteira para barrar o envio da ajuda humanitária solicitado pelo autoproclamado presidente venezuelano Juan Guaidó. Senadores por Roraima, estado mais afetado pelo fechamento, temem que Pacaraima, cidade que fica na fronteira, se torne palco de conflitos.

Chico Rodrigues (DEM-RR) lembrou que Maduro, legítimo ou não, ainda está instalado como presidente da República. O senador, que viajou para Pacaraima a fim de acompanhar de perto o problema, enfatizou que é fundamental garantir a integridade dos brasileiros que vivem na região.

— Essa ajuda é importante, mas não podemos transformar a fronteira do Brasil, na localidade de Pacaraima, num palco de guerra — alertou.

O senador Mecias de Jesus (PRB-RR) considerou a decisão de Maduro de fechar a fronteira como um ato de desrespeito aos venezuelanos e aos organismos internacionais que tentam enviar alimentos e medicamentos.

— Lamentamos profundamente a situação por qual passa nosso país vizinho, que



Senadores dizem que a instabilidade na região pode pôr em risco moradores e afetar o fornecimento de energia

é vítima dos desmandos de um governo ditatorial. Esse governo mergulhou a economia no caos e deixou o povo à míngua, obrigado a fugir de suas casas em busca de abrigo em outros países — criticou.

Impactos

Telmário Mota (Pros-RR) alertou para os impactos no comércio e para o desabastecimento de energia. A maior parte da energia consumida no estado é produzida na Venezuela. Moradores da região também costumam atravessar a fronteira para abastecer seus veículos.

— Dependemos de combustível e a Venezuela compra nossos alimentos na fronteira. Hoje consumimos 200 megawatts de energia, dos quais 130 vêm da Venezuela. Corremos o risco de ficar no apagão.

Integrantes da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) esperam que o país honre sua tradição pacífica.

O presidente do colegiado, Nelsinho Trad (PSD-MS), avalia que o governo brasileiro tem atuado com equilíbrio na crise política e institucional da Venezuela. Ele registrou que a presidência autoproclamada de Juan Guaidó foi reconhecida por diversos países, incluindo o Brasil, e criticou o bloqueio imposto por Maduro.

— Torcemos para que as lideranças e o povo que apoia Guaidó farão essa ajuda humanitária chegar em segurança aos que necessitam — disse.

Ministro da Defesa durante o governo Dilma Rousseff, o senador Jaques Wagner (PT-BA) afirmou que acompanha com preocupação os recentes eventos envolvendo a fronteira

com a Venezuela.

— A defesa da paz e da não intervenção são princípios que regem o nosso país nas relações internacionais desde o início da nossa República. Espero que as autoridades brasileiras atuem com serenidade, segundo nossa Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Congresso Nacional, que estabelece como princípio contribuir para a estabilidade regional e para a manutenção da paz e da segurança internacionais — afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse considerar mais prudente que o governo mantenha a ajuda humanitária do lado brasileiro.

— Acho que a Venezuela não poderia se furtar de receber uma ajuda humanitária, mas quem tem que vir buscar essa ajuda é o governo da Venezuela — disse Davi.

Izalci Lucas cobra investimento em ciência e educação

Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou na sexta-feira que o Plano Nacional de Educação não esteja sendo executado e que os 10% do produto interno bruto e os 50% dos royalties do petróleo, previstos para a educação, estejam sendo remanejados para outras áreas.

— Não adianta fazer a reforma da Previdência, economizar R\$ 1 trilhão, se não estiver claro para onde vai esse dinheiro. Ele deve ser destinado obrigatoriamente para ajustar a máquina, investir mais em educação, em ciência e tecnologia.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Confúcio Moura pede investimento em ensino integral

Na sexta-feira, Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu a importância da educação integral desde os ensinos infantil e básico. Ele lamentou que o Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa diretrizes, metas e estratégias para a política educacional até 2024, não esteja sendo aplicado.

— O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, participará de audiência pública na Comissão de Educação. Pretendemos questionar sobre o que o ministro entende como educação integral e sobre o PNE.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Nova Lei das Teles deve favorecer Norte e Nordeste, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reuniu-se na sexta-feira com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, e com o secretário-executivo da pasta, Julio Semeghini, para tratar, entre outros assuntos, da tramitação da nova Lei das Teles. A proposta (PLC 79/2016) está em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde é relatada por Daniella Ribeiro (PP-PB).

Davi sugeriu que a CCT realize uma audiência sobre a proposta, o que permitirá aos novos senadores o conhecimento detalhado e aprofundado do texto. Ele acredita, por exemplo, que a aprovação da nova Lei das Teles poderá resultar em mais investimentos em infraestrutura de internet para as Regiões Norte e Nordeste.

— Essas são hoje as regiões mais carentes de investimento



A aprovação do projeto permitirá a liberação de R\$ 20 bilhões de fundos

no setor. O mapa de internet no Brasil é iluminado do meio para baixo. Do meio do país para cima, é apagado, com vácuos, por exemplo, em toda a Região Norte. Precisamos democratizar a comunicação e a informação neste país — defendeu.

O presidente do Senado lembrou que a Lei das Teles retornou à CCT devido a duas emendas apresentadas

em Plenário no final do ano passado. Davi disse também que as emendas preocupam Pontes, pois, caso sejam aprovadas, farão com que o projeto tenha que retornar à Câmara.

Segundo o presidente do Senado, o ministro concordou com a audiência e se comprometeu a participar do debate.

Davi também disse que, segundo o Ministério da Ciên-

cia e Tecnologia, a aprovação da nova lei permitirá liberar mais de R\$ 20 bilhões hoje represados no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e no Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Comunicações (Funttel), priorizando Norte e Nordeste.

Investimentos

Pontes defendeu a aprovação do projeto “o mais rapidamente possível”, já que, caso contrário, a regulação do setor ficaria defasada em relação à dos demais países.

Ele disse que tratou o assunto também com o presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO).

— Não peço uma urgência exatamente, mas penso que o projeto já vem sendo discutido há um tempo suficiente, o que o torna urgente pela própria eficiência desse processo.

Avaliamos que a proposta já está boa com o texto atual, e resultará numa mais eficiente prestação de serviços para a sociedade — disse.

Outro assunto tratado na reunião de Davi com o ministro foi a necessidade de aumentar os investimentos em ciência e tecnologia no país.

— Recursos para ciência, tecnologia e pesquisa não devem ser percebidos como gastos, mas como investimentos. Geralmente dão retorno garantido e rápido. As nações desenvolvidas, quando entram em crise, aumentam os investimentos em ciência e tecnologia, porque sabem que o conhecimento é o que há de mais caro, é a grande ferramenta para o desenvolvimento. Nos últimos anos, o ministério perdeu recursos. É importante recuperarmos isso — defendeu Pontes.